EMBRAPA

Acordo prevê satélite remoto de alta resolução

Tatiana Ferro/Especial para a AAN

ENCONTRO realizado em Campinas em que foi assinado o protocolo de intenção para o projeto Carpions 1, um satélite remoto

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, assinaram ontem, em Campinas, um protocolo de intenções para o desenvolvimento de um satélite de alta definição que vai permitir à Embrapa ampliar o monitoramento das áreas utilizadas pela agropecuária no País. O protocolo foi assinado ontem, para lembrar os 30 anos da Embrapa Territorial.

Considerado um dos destaques do programa de sensoriamento remoto brasileiro, o projeto Carponis 1 deverá resultar no primeiro satélite remoto de alta resolução espacial desenvolvido no País. De acordo com o capitão de fragata e membro da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais da Força Aérea, Marcio Costa, o Carponis vai permitir o detalhamento inédito de imagens. Segundo Costa, os aparelhos usados hoje para monitoramento da agricultura, por exemplo, têm resolução de 20 metros. Com o Carponis o nível de detalhamento vai baixar para menos de 1 metro.

"Nós poderemos ver com muito mais precisão questões como taxa de desmatamento", diz. "Poderemos mapear queimadas, além de inúmeros outros usos na agricultura e na agropecuária", acrescenta o capitão. A expectativa é que o novo satélite possa ser lançado até 2022. O satélite faz parte de uma das constelações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), que integra o Programa Espacial Brasileiro e deve integrar as metas estratégicas para a inovação da Embrapa, segundo seu diretor científico Celso Moretti. O projeto está a cargo da Força Aérea Braileira (FAB), mas não terá apenas aplicação militar. A Embrapa será operadora civil do equipamento e empregará as imagens espaciais nos estudos da produção de alimentos, fibras e energia no País. A Embrapa Territoral utiliza imagens de satélites em seus trabalhos há quase 30 anos. No entanto, a dependência de imagens de alta resolução adquiridas por satélites controlados por outros países impõe limitações, além de custos elevados.

Normalmente, trabalha-se com as imagens que estão disponíveis nos catálogos das empresas que as comercializam. Outra possibilidade é encomendar os registros, porém, isso demanda tempo entre a solicitação e a entrega. A operação de um satélite pelo Brasil possibilitará mais autonomia e rapidez.

"Poderemos programar e direcionar o satélite para aquisição de imagens de alvos específicos. Isso evitará a compra de imagens obsoletas e otimizará o tempo de resposta no recebimento dessas imagens", observa a chefe-adjunta de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Territorial, Lucíola Magalhães. (Da Agência Anhanguera)

Denny Cesare/AAN

SEGUNDO a Guarda Municipal, ato no Largo do Rosário reuniu ontem perto de cinco mil manifestantes

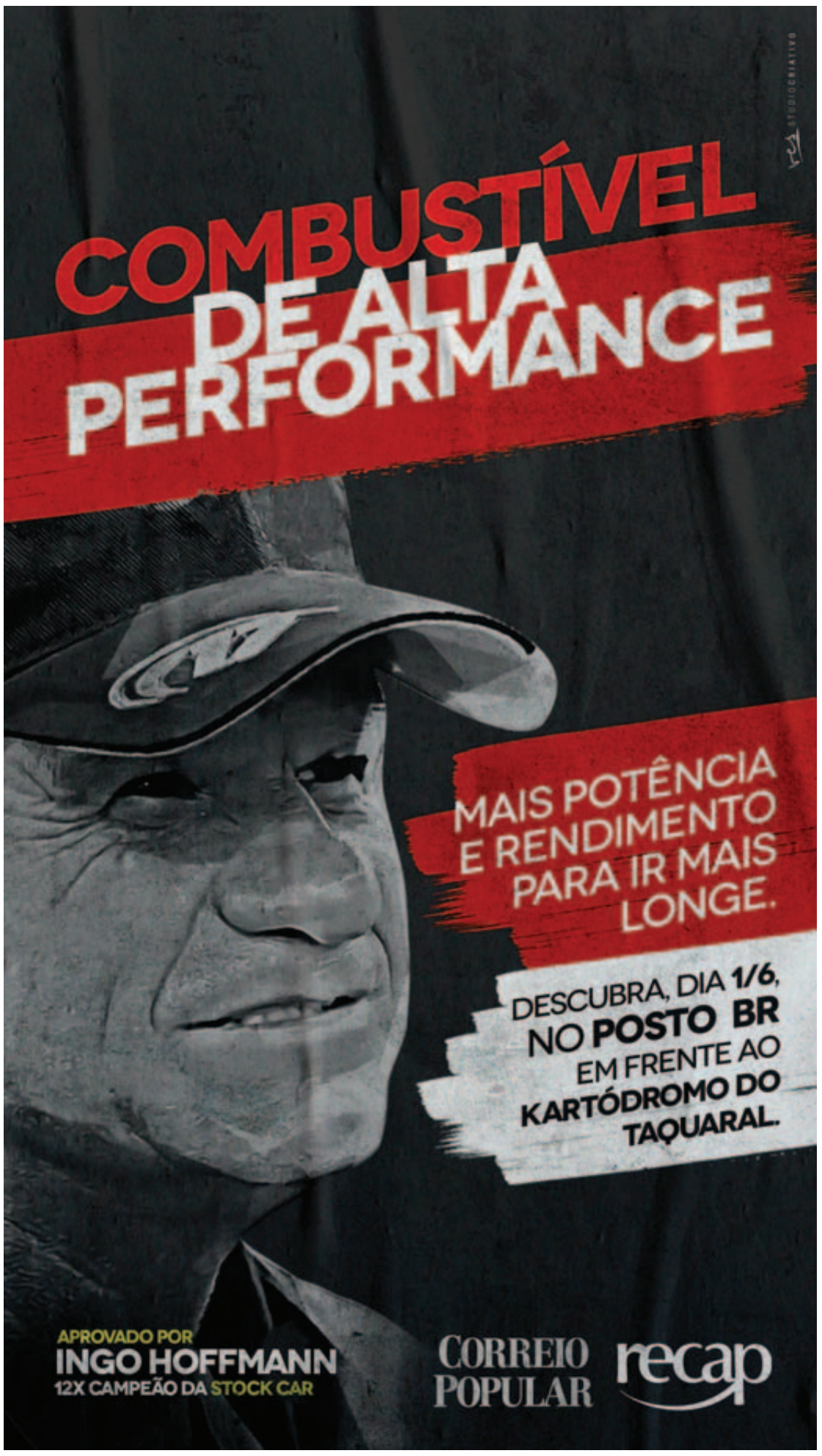
CAMPINAS

Multidão protesta contra os cortes na Educação

Cinco mil pessoas, segundo a Guarda Municipal, se reuniram no final da tarde de ontem no Centro de Campinas, para mais um dia de manifestações programadas pelo País contra os bloqueios de verba na Educação. Trata-se da segunda manifestação realizada em menos de duas semanas. No ato anterior, em 15 de maio, cerca de 2,2 mil pessoas participaram do protesto na cidade.

Ontem, o público formado por estudantes, trabalhadores e representantes de partidos políticos se concentrou no Largo do Rosário a partir das 17h. Com bandeiras e cartazes, os manifestantes criticaram opresidente Jair Bolsonaro. Alguns deles aproveitaram para entoar cânticos em prol do ex-presidente Lula. O nome da vereadora Marielle Franco, assassinada no ano passado, também foi lembrado.

Por volta das 18h50, a Avenida Francisco Glicério foi bloqueada para que os participantes pudessem iniciar a passeata pelas avenidas Moraes Sales, Irmã Serafina e Anchieta. "O Bolsonaro não voltou atrás com os cortes. Não vamos parar enquanto ele não suspender o contingenciamento. O governo precisa entender que a educação não é gasto, mas sim investimento. Só com educação é que o Brasil vai de fato avançar", comentou o funcionário público Vitor Gaspar, de 33 anos.

Em março deste ano, o Governo do presidente Jair Bolsonaro bloqueou R$ 29 bilhões do orçamento total de 2019. Ao todo, R$ 5,8 bilhões foram contingenciados da educação. Desse valor, R$ 1,7 bilhão recai sobre o ensino superior federal.

Dois meses depois, foi a vez da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) suspender a concessão de bolsas de mestrado e doutorado para a educação. A atitude motivou a realização dos protestos do dia 15 de maio. Após os atos, o governo recuou e disse que liberaria mais recursos para a educação, mas no final das contas, o corte anunciado em maio foi mantido. Nesta quinta, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomendou que o Governo reveja a situação dos bloqueios. (Henrique Hein/Da Agência Anhanguera)